

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

DO AUTORITARISMO E DAS MULHERES NAS SEGUNDA E TERCEIRA REPÚBLICAS

O autoritarismo está intrinsecamente presente nas nossas relações interpessoais, entre as instituições e as pessoas e, nomeadamente, nas relações entre mulheres e homens. Entenda-se por autoritarismo uma relação de domínio (abuso de poder) de uma pessoa(s), ou instituição(ões) sobre outra, ou sobre outras, "justificada" por factores múltiplos, objectivos ou subjectivos, auto-proclamados ou não, tais como superior saber, superior força física, superior estatuto político/profissional, social/jurídico/religioso, superior "natureza". Baseia-se pois o autoritarismo na constatação da desigualdade evidente, imaginada ou desejada, e em consequência considera essa desigualdade justificativa do exercício do autoritarismo. O autoritarismo é assim "legitimado" e "legítimo" aos olhos de quem o exerce. "Não faz mais do que a sua obrigação". O autoritarismo exerce-se na esfera pública, como na privada, como na crescente sobreposição de ambas. O autoritarismo gratifica quem o exerce e perpetua uma relação de poder desigual. Aquele ou aquela sobre quem se exerce o autoritarismo, terá sempre uma atitude ambígua ou não constante face ao autoritarismo cujos envolventes poderão passar pela ignorância ou invisibilidade da situação, pela submissão aceite, pois identificará vantagens na mesma, ou pela revolta e insubmissão, definitiva ou ocasional.

Se em organizações político-sociais, como a que vigorou durante o Estado Novo, o autoritarismo foi abertamente assumido como valor positivo e até constitutivo da ideologia e da *praxis*, já a 3ª República, *

* Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

com vinte anos de existência, assumiu o discurso do não-autoritarismo, embora persistentemente o pratique em muitas frentes e nomeadamente nas relações masculino-femininas.

Contudo é evidente que há alguns exemplos de rupturas no tecido autoritário existente entre homens e mulheres, no pós 25 de Abril. Relembro o caso da mulher que pretendia ir ao primeiro Primeiro de Maio. O marido proibiu-a. Ela foi e não mais regressou ao lar.

Na génese da 2ª República encontra-se a vontade de substituir a desordem das instituições por uma ordem autoritária, fechada e conservadora, baseada no pensamento e na vontade de um chefe, António de Oliveira Salazar.

A revolta militar, liderada por Gomes da Costa, tomou o poder em 1926 e estabeleceu uma Ditadura Militar. Salazar foi convidado para a pasta das finanças em 1928 e no seu discurso de posse explicitou com clareza os seus objectivos: "Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar'^1).

A ideia do dever da obediência por parte dos cidadãos, face aqueles que estavam investidos de orientar a nação traduzia-se e traduz-se no ditado popular "manda quem pode, obedece quem deve".

Outros ditados portugueses apresentados na *Nova Recolha de Provérbios Portugueses e Outros Lugares Comuns* são expressão da desigual repartição do poder que determina muito claramente quem tinha / tem que mandar e quem tinha / tem que obedecer, tal como o Chefe o indicou no seu discurso. Mas alguns desses ditados populares também indicam, com ou sem ironia, que o submisso apercebe-se muito bem da sua situação, justificando-a com eventuais "benefícios" em seu proveito, nomeadamente os da sobrevivência. É uma espécie de inevitabilidade, ou seja já que o relação de domínio existe mais vale a submissão do que a revolta, procurando compensações noutros campos.

No Prefácio à edição de 1986, da *Nova Recolha....*, Moisés Espírito Santo escreve que: "Os provérbios não estabelecem apenas parâmetros de condutas e de valores, podem até criar a própria realidade, ao emitirem juízos sobre determinadas situações [...]. Este tipo de expressão

P) Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, vol. I, pp. 5-6

popular constitui um poderoso meio de educação e de persuasão colectivas. Em contrapartida, dada a sua natureza dogmática e estagnante opõe-se a qualquer análise particular das situações"(2).

Cita Durkheim que escreveu que os provérbios são a: "expressão condensada de uma ideia ou de um sentimento colectivo; é mesmo impossível que haja crenças ou sentimentos desta natureza sem que eles se fixem sob esta forma; uma vez que todo o pensamento tende para uma expressão que lhe seja adaptada, e se ele é comum a certo número de pessoas, o pensamento acaba necessariamente por se fechar numa forma que lhe é igualmente comum. Toda a função durável constrói um órgão à sua imagem. A diminuição do número de provérbios, adágios, ditados, etc., à medida que as sociedades se desenvolvem, é uma outra prova de que as representações colectivas que tinham a adesão da colectividade vão também diminuindo"(3).

Vejam os alguns desses provérbios ou lugares comuns aí transcritos: "A homem maior dá-lhe honra"; "A quem tudo te pode tirar dá-lhe o que te pedir"; "Abunda a malícia onde falta polícia"; "albarde-se o burro à vontade do dono"; "anda de teu amo a sabor, se queres ser bom servidor"; "ante el-rei cala ou em coisas aceites fala"; "ao rei pertence usar de franqueza, pois tem por certo não cair em pobreza"; "ao servo mais vale obedecer ao senhor que dar-lhe conselho"; "aonde falta o poder ninguém pode responder"; "baldão, de senhor e de marido"; "cantam os melros, calam-se os pardais"; "com vizinhos, com o abade e com o senhor do casal, antes de bem que de mal"; "conselho de raposas, morte de galinhas"; "contra a força não há resistência"; "de grandes senhores, grandes favores"; "el-rei errou, mas faça-se o que ele mandou"; "faz o que manda teu senhor, sentar-te-ás com ele ao sol"; "mande bem, mande mal — mande um só"; "muita mão é beijada que se quisera cortada"; "muito atura quem precisa"; "quem não faltará rei que vos mande nem papa que vos excomungue"; "dá o pão dá o pau"; "quem dá o pão sem castigo não vai para o paraíso"; "quem quer vai e quem não quer manda"; "vontade de rei não conhece lei"(4).

(2) Pp. 59 e 61

(3) *La Division du Travail Social*, PUF, 1973, p. 145

(4) Pp. 65-73

Quanto aos provérbios que especificamente falam das mulheres são quase, na sua totalidade, um símbolo de temor/desprezo do homem face à mulher: "amor de mulher e amor de cão nada valem se nada lhe dão"; "amor de mulher e festa de cão só olham para a mão"; "até aos vinte evita a mulher, depois dos quarenta foge dela"; "conselho de mulher vale pouco e quem o toma é louco"; "da má mulher te guarda e da boa não fies nada"; "da burra que faz im e mulher que sabe latim, livra-te tu e a mim"; "grande bem me quer minha mulher se da banda do punhal há dinheiro que lhe dar"; "guarda-te do boi pela frente, do burro por detrás e da mulher por todos os lados"; "mãe, que é casar? Filha, é fiar, parir e chorar"; "a mula e a mulher com pau se quer"; "à mulher e à galinha torce-lhe o pescoço se a quiseses boa"; "a mulher e a mula o pau as cura"; "a mulher e o pedrado quer-se pisado"; "mulher que dá no homem na terra do demo morre"; "para quem perde a mulher e um tostão, a maior perda é a do dinheiro"; "amor querido — amor batido"; "dá-me pega sem manha, dar-te-ei mulher sem tacha"; "galinha e mulher não se deixam passear"; "as galinhas põem pelo bico e às mulheres o leite vai-se-lhes pela boca"; "a mulher boa, como a viúva, deve ser gorda e ligeira"; "a mula e a mulher com afagos fazem os mandados"; "não cries a galinha onde a raposa mora, nem creias em mulher que chora"; "onde há cães há pulgas, onde há pães há ratos, onde há mulheres, há diabos"; "porco de um ano, cabrito de um mês e mulher dos dezoito aos vinte e três"; "a raposa tem sete manhas e a mulher a manha de sete raposas"(5).

Noutro discurso fundamental, pronunciado a 28 de Maio de 1930, na presença de 2000 oficiais das Forças Armadas, Salazar justifica assim a necessidade de autoridade face à desordem: "Antes de haver entrado no trabalho de reorganização, uma palavra só — desordem — definia em todos os domínios a situação portuguesa: Desordem política [...] os partidos, as facções, os grupos, os centros políticos julgaram-se de direito a democracia, exerciam de facto a soberania nacional, e faziam ainda por cima as sedições"(6).

Assumindo abertamente a Ditadura, acrescentou: "Suspendendo direitos que a Nação de facto não exercia, impondo a uns silêncio, assegurando a todos tranquilidade e segurança, a Ditadura criou a governação pública as condições necessárias do trabalho fecundo"(7). (*)

(5) Pp. 100-109, 305-333

(6) *Idem, ibidem*, p. 47

(*) *Idem, ibidem*, p. 47

Discursando sobre a Revolução Nacional pronunciado em 18 de Fevereiro de 1944, referem as suas notas como questão a abordar a: "Indispensabilidade da autoridade! Será sempre preciso haver quem dirija (há vantagem para todos em sermos dirigidos pelos melhores)"⁽⁸⁾.

Em relação às mulheres, entendidas como seres "especiais", algo extra-terrestres, Salazar atribui-lhes uma função "económica", pois sem elas os homens não seriam capazes de produzir. Salazar intuiu também, sem nada saber de psicanálise, que era necessário no seu projecto para o país, controlar a tensão entre masculino e feminino, pela forma mais segura: atribuir às mulheres um papel específico, digno de admiração e respeito, donde algo gratificante. Assim, ao explanar os conceitos económicos da Constituição de 1933, num discurso pronunciado em 16 de Março de 1933, afirmou: "Subamos agora mais alto e púnhamos este problema: a produção que lida com o trabalhador pode ignorar a família? o homem que trabalha não é só; ele vive enquadrado numa sociedade natural, geralmente não a família de que proveio, mas a família que ele constituiu. Quando a produção desconhece a família, começa por convidar ao trabalho os vários membros dela que o possam fornecer — a mulher e os filhos menores, e parece que estes salários suplementares são benefício apreciável; contrária é porém a realidade. Quem diz família diz lar; quem diz lar diz atmosfera moral e economia própria — economia mista de consumo e de produção. O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, toma-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminue o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário percebido. [...] A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção. Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado: Nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer"⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Vol. IV, *idem, ibidem*, p. 51

⁽⁹⁾ *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 200-201

Aliás o artigo 5º da Constituição de 1933 estabelecia o princípio orwelliano da igualdade dos cidadãos perante a lei "salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família". O autoritarismo do masculino sobre o feminino não poderia encontrar fórmula mais feliz de se expressar. Quanto à transposição para o legislativo, nada foi deixado ao acaso. A título de exemplo, até 1969 as mulheres casadas não podiam sair do país sem autorização do marido reconhecida notarialmente, e até 1974 os maridos podiam abrir a correspondência da mulher. Até 1974, as mulheres não podiam ser admitidas nas carreiras da magistratura nem da diplomacia.

Salazar apresentava-se pois como "respeitador" e "admirador" das mulheres, não se tendo contudo atrevido a casar com uma. Tomou-se por sua vez um herói para largo números de mulheres, de todos os níveis sociais, que aceitavam de bom grado o papel que lhes era atribuído. Em 1931, Salazar concedeu o sufrágio às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários, enquanto aos homens bastava ler e escrever. Em 1935, as primeiras deputadas surgem na Assembleia Nacional: Domitília de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Parreira.

É assim que se expressa uma *Maria* num artigo intitulado "Se as mulheres votassem, Salazar e o seu Governo ganhariam sempre as eleições", publicado em *A Voz*, jornal monárquico, apoiante do regime, a 13 de Novembro de 1945. Protesta contra as restrições impostas ao sufrágio feminino: "Embora seja maior, não seja das mais incultas, e tanto pela Igreja como pelo Estado me tenham sido confiados diversos cargos no campo social e educativo, como não possuo diploma de curso superior não tenho categoria para votar. No entanto (modéstia à parte) parece-me que sempre teria mais competência para ajudar a escolher o Governo do que o meu jardineiro... [...] É realmente feio e inconveniente as mulheres andarem metidas em política e a correrem às umas em competição com os homens, mas se virmos o problema pelo prisma cristão, reconheceremos que sendo a mulher a auxiliar e companheira do homem tem como elementar dever, em horas graves como a que passa, auxiliar e acompanhar aqueles que, esquecendo-se de si próprios depois de Deus e da Pátria, tudo por ela sacrificam".

Salazar fez publicar também na sua colectânea de *Discursos* umas palavras dirigidas às "Mulheres de Portugal", pronunciadas em 11 de Novembro de 1948, e que demonstram como ele via a mulher sempre em relação com um homem, e não como uma individualidade: "Sei agora que se desejou ir mais longe e, apontando o lugar comum de os

povos não serem gratos, a mesma mulher portuguesa — mãe, esposa, irmã ou filha de todos os que somos em Portugal — fez fixar na história e na arte, com tenacidade bem feminina, ao menos um momento de gratidão [...]. Na deliciosa mensagem que há pouco me foi entregue, em nome de todas vós, pela veneranda Senhora, a Condessa de Sabugosa, li um passo ousado — a pretensão de apresentar-me aos vossos filhos como exemplo de grande português. Português, sim, sem adjectivação, sem qualitativo, sem mais nada que não seja a preocupação absorvente de Portugal, cuja honra e grandeza repousam afinal tanto sobre os ombros dos homens de Governo como sobre os vossos — mães e educadoras dos portugueses. Trocarei por isso aquela ideia por outra, e é: quando todos cumprem o seu dever, como os portugueses fizeram, só Deus sabe quem é grande ou quem pode ser maior. Às Senhoras presentes e a todas aquelas que estão em espírito connosco e cuja maior contribuição para esta homenagem é porventura o sacrifício de não estarem aqui neste momento, agradeço comovidamente o carinho, a sinceridade, a doçura da sua manifestação"⁽¹⁰⁾.

Já em 27 de Abril de 1953 um grupo de mulheres celebra os 25 anos de Salazar no poder com um solene *Te Deum* na Igreja de São Domingos em Lisboa. Quando Salazar faz 70 anos de idade e 31 anos de poder, em 1959, uma Comissão de Mulheres entrega-lhe uma mensagem de adesão e gratidão e grande quantidade de flores, à qual ele responde com as seguintes palavras: "Isto quer dizer que não é possível lutar contra o coração feminino, se portador de um ideal, dedicações firmes e amizades desinteressadas. [...] São as mães, as esposas, as irmãs, as filhas dos portugueses que com o calor do seu afecto e a fortaleza do seu ânimo nos amparam na luta"⁽ⁿ⁾.

Um aspecto a notar é que as mulheres portuguesas ingressaram nas universidades a partir dos anos 30, em números consideráveis. Aí tinham que concorrer em pé de igualdade com os homens para obterem as suas licenciaturas. Contudo, submetiam-se depois, com raras excepções entre as quais Elina Guimarães e Maria Lamas, a um estatuto de menoridade, sem jamais fazerem ouvir a sua discordância de forma organizada⁽¹²⁾.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 316-317

⁽ⁿ⁾ *Idem, ibidem*, vol. V, pp. 51-52

⁽¹²⁾ Cf. "O Estatuto das Mulheres", in *Portugal visto pela Espanha*, Ana Vicente, pp. 168-171

Outra voz do regime, Fernando de Castro Pires de Lima, publica em 1932 as seguintes considerações elucidativas: "Querer a Mulher, ser delicado por excelência, invadir profissões inadaptaáveis às suas características de inteligência e resistência, parece-nos atitude de muito mau gosto. [...] Que honra maior pode desejar uma Mulher, do que ser esposa fiel e mãe amantíssima? Assim é que as mulheres se libertam e se emancipam... Era esta doutrina que um feminismo inteligente deveria defender"⁽¹³⁾.

O autoritarismo do masculino é também abertamente assumido no Código Civil, que na sua versão de 1967, referia assim o Poder Marital, no artigo 1674º: "O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum". Quanto à administração dos bens do casal, "incluindo os próprios da mulher e os bens dotais, pertence ao marido, como chefe de família" (Artigo 1678º).

Quando Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa ousaram transgredir, com as *Novos Cartas Portuguesas*, ainda por cima utilizando a dignidade da palavra escrita, afirmando que: "não interessa tanto a paixão, apenas pretexto, mas antes o seu exercício", os chefes reagem de imediato: o livro é apreendido, as autoras acusadas de divulgação de pornografia, sujeitas a uma campanha de difamação por parte das camadas bempensantes e processadas judicialmente. Isto passou-se em 1972. A sexualidade feminina necessita de ser controlada, seja pela autoridade religiosa, seja pela civil.

Não será, pois, por acaso que a partida dos maridos ou filhos para os países de emigração ou para as guerras coloniais nunca foi acompanhada por movimentos de protesto explícitos ou encobertos, por parte das mulheres. Era afinal um aliviar do serviço quotidiano devido aos homens pelas mulheres, de noite e de dia. Era um interregno nos maus modos e nos maus tratos. Era um intervalo no suportar do autoritarismo.

No julgamento do marido de Maria Pais Pimenta, assassinada por este, o Tribunal, em 1974, condenou-o a 2 anos de prisão, com o seguinte pronunciamento: "Porque se justifica perfeitamente a reacção violenta do réu contra a mulher adúltera que abandonou o lar e dois filhos de tenra idade"⁽¹⁴⁾.

⁽¹³⁾ *Feminismo e Feministas*, pp. 17-18

⁽¹⁴⁾ "Os 20 anos que mudaram a nossa vida", in *Máxima*, Maio 1994, Helena Matos, Júlia Pinheiro e Maria Antonia Palla

É por demais sabido que, no pós-25 de Abril de 1974, quer a Constituição quer a legislação que sucessivamente foi sendo promulgada, formalizou o princípio da igualdade perante a lei. Contudo é evidente que o autoritarismo do masculino face ao feminino persiste, em todos os sectores, mas agora de forma não assumida e até explicitamente negada. Assim, a disparidade entre o discurso e a prática é de tal forma subtil que vastos grupos de mulheres negam que haja autoritarismo, só conseguindo representar os seus percursos individuais.

Adélia Costa realizou em 1991 um estudo intitulado *Representações Sociais de Homens e de Mulheres, Portugal 1991*, onde conclui que: "Parece-nos por isso que ficou claramente demonstrado que apesar das inúmeras transformações económicas, sociais e culturais a que a sociedade portuguesa tem vindo a ser sujeita, persistem algumas inexplicáveis distinções entre o que é próprio do homem e da mulher, entre aquilo que fica bem ou mal a uma mulher, entre os comportamentos que são esperados para um e para outro sexo.

Sendo assim, visto que com este estudo se questionavam as representações que homens e mulheres fazem dos vários níveis do social, e uma vez que, como demonstramos ao longo do questionário estas representações persistem na distinção de papéis homem/mulher, temos boas razões para defender que muito trabalho há ainda a fazer até que em Portugal a igualdade seja mais do que um estatuto legalmente instituído"⁽¹⁵⁾.

Na mesma linha escrevem Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro no cf. "A Família", incluído no estudo coordenado por Luís de França, *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural: "A existência de uma faixa bastante grande de indivíduos que subscreve para as mulheres, de forma aparentemente paradoxal, valores de orientação preferencial para a vida profissional e, ao mesmo tempo, valores de orientação preferencial para a vida doméstica, mostram mais uma vez que as mudanças sociais e culturais podem não ocorrer ao mesmo ritmo nem com a mesma intensidade a respeito de vários aspectos da vida familiar. Reforçam também a constatação de que há uma distância entre o plano abstracto dos valores, onde podem coexistir*

⁽¹⁵⁾ P. 133

orientações divergentes, e o plano da existencia quotidiana, com as suas tensões, as suas opções difíceis ou as suas soluções de compromisso. [...] Uma das representações mais fortemente difundida na nossa sociedade é a de que as mulheres têm a desempenhar um papel social por excelência: o da maternidade. Mesmo quando se aceita a sua presença em actividades profissionais, é vulgar a ideia de que a função de mãe está em primeiro lugar, e que é através da maternidade que as mulheres melhor se podem realizar.

A amostra da população portuguesa considerada neste estudo também é maioritariamente de opinião que uma mulher para se realizar plenamente, precisa de ter filhos. Aliás, Portugal é um dos países europeus que regista maior percentagem de respostas concordantes com esta afirmação⁽¹⁶⁾.

Outro estudo, da autoria de Margarida Almeida Fernandes e Maria Estrela Palmeiro Duarte sobre *A Mulher e a Política*, transcreve alguns testemunhos eloquentes acerca da relação autoritária Mulher-Homem. Foram recolhidos em várias zonas do país em 1983.

Mulher camponesa:

"Já vejo mesmo os homens a curvar-se mais um bocadinho, antigamente elas não podiam abrir a boca, se abrissem a boca cambaleavam à porrada não é? Mas agora já vejo o homem mais um bocadinho, a querer baixar mais um bocadinho, já anda, já anda um bocado a mais".

Mulher proprietária rural:

(sobre casos concretos de vizinhas) "ai espancam, não lhes dão dinheiro nenhum, andam com outras mulheres [...] e ela coitada também o que há-de fazer? [...] coitada sujeita-se, sujeita-se".

Mulher: Trabalhadora rural:

"Eu penso que a mulher fica sempre atrás um bocadinho dos homens [...] até na nossa casa a gente fica sempre abaixo, um bocadinho, porque o homem por si se falar a mulher tem que se rebaixar não é?"

Homem: Trabalhador rural:

"A minha mulher (operária) inclusivamente também sou contra ela estar sindicalizada, ela esteve sindicalizada e eu, por

(16) Pp. 210-211

minha coisa, ela deixou-se de sindicato" (sobre a participação das mulheres na junta de freguesia): "isso já depende do acordo do homem e acho que ela de livre vontade dela só não achava bem, para isso era preciso que houvesse um entendimento entre o marido, que ela só por vontade dela não".

Mulher: Escriturária:

"As mulheres às vezes querem-se libertar, conheço casos de mulheres que elas querem ter os mesmos direitos em casa que o homem [...] mas o pior é que os homens não vão daí e elas acabam por ter guerra ou estão todos os dias em guerra ou [...] aceitam e na maior parte das vezes acabam por aceitar [...] a maioria sujeita-se [...]"⁽¹⁷⁾.

Ainda outro testemunho nos é dado por uma carta escrita em 1979 à Comissão da Condição Feminina: "[...] Venho acrescentar que o meu marido, passado um mês ter posto a minha filha fora de casa expulsou-me a mim pela violência e ameaças de morte, batendo também nos meus filhos mais novos porque andavam no meio de nós a acudir-me. Uma vizinha chamou a polícia e eu fui à esquadra e ele também. Mesmo aí ele me ameaçou de morte dizendo que daqui a 2 anos ou 5 ele há-de matar-me mas a polícia diz que não podem ser testemunhas. Eu por ignorância não pedi para participar o que só mais tarde fiz. Passados 21 dias depois de me pôr fora de casa a mim pôs o meu filho de 17 anos também à pancada, também foi pedida a intervenção da polícia e fez-se queixa"⁽¹⁸⁾.

Aliás a violência especificamente dirigida contra as mulheres, nas suas diversas manifestações, como violação e abuso sexual, prostituição e tráfico, assédio sexual, pornografia, maus tratos na família é uma das formas mais expressivas do exercício do autoritarismo.

A violência na família também é abordada no estudo de Adélia Costa, o qual inquirindo 1500 pessoas dos dois sexos dos 15 aos 66 anos, verificou que perto de 40% dos inquiridos conhece pessoas que são alvo desse tipo de violência. Era reconhecido por 80% que a violência é exercida pelo homem (pai/marido/companheiro) e por 89,8% o facto da principal vítima ser a mulher.

⁽¹⁷⁾ Pp. 75-76

⁽¹⁸⁾ Ana Vicente, *Mulheres em Discurso*, p. 368

Também dados recentes apresentados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (Julho de 1994) confirmam que as mulheres são as principais vítimas de violência.

A investigação internacional realizada aponta como factores motivadores da violência a menor consideração social de que gozam as mulheres, em relação aos homens, e o medo por parte do homem de serem rejeitados ou abandonados pela mulher.

O quadro indicando alguns tipos de crimes perpetrados por homens contra vítimas do sexo feminino em 1992, retrata a situação:

Crimes	Número de arguidos
• Homicídio	116
• Homicídio por negligência	98
• Tentativa de homicídio	45
• Ofensas corporais simples ou privilegiadas	1922
• Ofensas corporais agravadas ou envenenamento	264
• Ofensas corporais por negligência	206
• Violação	233
• Atentado ao pudor	104
• Lenocínio ou tráfico de pessoas	27
• Outros crimes sexuais	10

Outra área onde o autoritarismo se perpetua é na desigual repartição das responsabilidades familiares, apesar de cerca de 46% da mão de obra ser feminina. Vários estudos também o atestam, entre os quais o já citado de Adélia Costa que conclui que, em cerca de 80% dos casos a divisão tradicional das tarefas continua sobrecarregando as mulheres.

É na desigual partilha do poder a nível de lugares de decisão, em todos os sectores, que maior resistência à mudança se manifesta e que de forma mais subtil se apresenta o autoritarismo. No sector político, económico, cívico ou religioso, o grande desequilíbrio existente é ainda por vezes justificado por uma pretensa meritocracia, que se contradiz com os dados que aproximam ambos os sexos (5,1% da população masculina com mais de 15 anos com curso superior, contra

4,1% da feminina) ou que até indicam uma superior qualificação das mulheres no grupo etário dos 20-30 anos. Assim, em 1990/91 dos alunos que concluíram um curso superior, 65,9% eram raparigas. Por outro lado, em 1992, dos portugueses com menos de 30 anos, habilitados com curso superior, 59,4% eram mulheres.

Contudo, ainda nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em Junho de 1994, Portugal não só baixou a percentagem de mulheres eleitas, como ficou na cauda da Europa com 8%.

Pelo menos um dirigente máximo de um partido insistiu que a selecção da lista era feita na base da competência!

A participação das mulheres na Assembleia da República tem mesmo vindo a decrescer, desde 1975.

Quanto ao poder local, o autoritarismo exerce-se aí de forma persistente. É assim que em Dezembro de 1993 foram eleitas 5 mulheres entre 305 presidentes de Câmara.

O Conselho de Estado é inteiramente masculino e o órgão máximo de concertação social, o Conselho Económico e Social tem 2 mulheres em 58 membros.

Qualquer que seja o lugar de poder, mesmo que num sector como a educação, onde as mulheres predominam em grande percentagem entre os docentes, os espaços são ocupados pelo masculino. É o caso do Conselho Nacional de Educação onde em 56 Conselheiros 12 são mulheres.

Os conteúdos dos meios de comunicação social e nomeadamente das televisões, que simultaneamente reflectem a "realidade" e influem sobre esta, também se inserem, como seria de esperar, na lógica do desequilíbrio do poder masculino-feminino.

Um estudo realizado por Helena Neves, em 1993, a pedido da Comissão para a Desigualdade e para os Direitos da Mulher e com apoio financeiro da Comissão Europeia, acerca das *Imagens das Mulheres e dos Homens na TV*, ainda não publicado, conclui que a presença das mulheres políticas na TV é inferior à sua representação política; que a discussão ou debate de questões "sérias" é quase exclusivamente conduzida por homens e com homens; que os conteúdos de programas de entretenimento, sobretudo quando conduzidos por homens, usam muitas vezes humor de conteúdo sexista; que a violência simbólica contra as mulheres é manifesta nos papéis que lhe são atribuídos em alguns programas: mulher igual a fútil, e a estúpida.

O Doutor Manuel Pinto Ribeiro propôs-me que como base do autoritarismo homem-mulher que nos atravessa estarão modelos

profundamente arcaicos que remontam aos primórdios do sistema patriarcal que têm a ver com uma organização das relações em que o homem comandava tudo e a mulher a tudo obedecia. Os processos de mutação foram muito mitigados em Portugal nos últimos séculos e por esse motivo esses paradigmas ainda se encontram actuaentes. Por isso há ainda largas correntes que consideram que o papel delas é servir o homem, cuidar dele e deixar que ele se sirva delas. Quem se apercebe do entorno social sabe que a frase "quando o meu marido se serve de mim" continua a ecoar.

Tal como outrora Antígona o exprimiu, em matéria de igualdade há dois tipos de lei, a escrita e a não escrita. É necessário infringir ambas para que o valor da igualdade possa ser usufruído.

Bibliografia

- BARREIRA, Cecília, *Confidências de Mulheres, anos 50-60*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993.
- BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velha da, *Novas Cartas Portuguesas*, Lisboa, Futura, 1974. •
- COSTA, Adélia, *Representações Sociais dos Homens e das Mulheres, Portugal 1991*, Lisboa, CIDM, 1992.
- Feminism and Political Theory*, Judith Evans and others, London, Beverly Hills, Sage Publications, New Delhi, 1986.
- Femmes et Politique autour de la Méditerranée*, dir. de Christiane Sourian, Paris, Editions L'Harmattan, 1980.
- FERNANDES, Margarida Almeida, e DUARTE, Maria Estrela Palmeiro, *A Mulher e a Política*, Lisboa, CCF, 1985.
- FORTE, Manuel Lourenço, *Socio-Psicanálise da Revolução Portuguesa de 1974*, Lisboa, 1982.
- KELLY, Joan, *Women, History and Theory*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1984.
- LIMA, Fernando de Castro Pires de, *Feminismo e Feministas*, Porto, Edições Germen, 1932.
- A Mulher e o Poder, Comunicações de um Seminário*, Lisboa, CCF, 1987.
- NEVES, Helena, *Imagens das Mulheres e dos Homens na TV*, 1994 (em publicação).
- Nova Recolha de Provérbios Portugueses e Outros Lugares Comuns*, coord. por Manuel João Gomes, Lisboa, Edições Afrodite, 1988.

- "Os 20 anos que mudaram a nossa vida", Helena Matos, Julia Pinheiro e Maria Antonia Palla, in *Máxima*, Lisboa, Maio de 1994.
- Portugal Situação das Mulheres*, 1993, coordenação de Dina Canço e Teresa Joaquim, 11ª edição, CIDM, Lisboa, 1994.
- Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, coord, de Luís de França, Lisboa, IED, 1993.
- SALAZAR Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1928-1966)*, 6 volumes, Coimbra, Coimbra Editora, 1935-67.
- The Nature of the Right, a Feminist analysis of Order Patterns*, Gill Seidel, Philadelphia, John Benjamins, 1988.
- Portugal visto pela Espanha*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1992.
- VICENTE, Ana, *Mulheres em Discurso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.